

RESENHA BIBLIOGRÁFICA

Épistémologie de la Géomorphologie. Alain Reynaud. Masson et Cie. Editeurs, 1971. Paris. 125 p.

Considerações a respeito de uma epistemologia da Geomorfologia.

Numa época em que a Geografia estava ainda fora do mundo de expressão anglo-germânica, vivendo a crise do impacto que o estruturalismo, a teoria geral dos sistemas e a quantificação trouxeram às ciências humanas em geral e à Geografia em particular, foi publicado pela Editora Masson o estudo de autoria de Alain Reynald *Epistemologia da Geomorfologia*, prefaciado por H. Enjalbert e R. Brunet.

Antes de qualquer consideração a respeito dessa obra, vale a pena observar que são poucos os estudos epistemológicos sobre as geociências em geral. Se a Geografia registrou nos anos 50 e 60, principalmente entre autores de língua inglesa, um número considerável de pesquisadores preocupados com sua epistemologia, no setor específico da Geomorfologia as contribuições nesse campo foram mais reduzidas. Basta registrar, por exemplo, que o mesmo R.J. Chorley, autor de importantes trabalhos no campo da aplicação da teoria dos sistemas e da quantificação nos estudos geomorfológicos, não chegou até agora a se ocupar especificamente deste problema. A rigor nenhuma obra, pelo menos que seja de nosso conhecimento, sobre a epistemologia da Geomorfologia, além daquela de que nos ocupamos no momento, foi publicada.

Aliás, não é sem propósito registrar igualmente que entre geógrafos, geomorfólogos e geólogos também são muito raros os trabalhos de semiologia aplicados aos seus respectivos campos de interesse. Como ciência voltada para o estudo dos símbolos

¹ *Epistemologia*: vocábulo de origem grega, formado por *epistema* (conhecimento) e *logos* (discurso), que designa a teoria ou ciência que se ocupa da investigação da *origem, natureza, métodos e limites* do conhecimento.

e sinais da linguagem, a semiologia possui grande importância para as ciências da Terra, que frequentemente são obrigadas a codificar a informação ou mensagem a ser transmitida através de sinais e símbolos expressos em cartas, mapas e gráficos. Isto é particularmente válido para o caso do mapeamento geomorfológico, como demonstrou Kugler² em trabalho recente e de alto interesse sobre a aplicação dos princípios cartográficos - semióticos no mapeamento geomorfológico. Por outro lado, sendo um autor de língua alemã, isto vem reforçar o fato que este tipo de preocupação se tem desenvolvido com muito mais vigor no mundo de expressão anglo-germânica, em decorrência, evidentemente, da posição de vanguarda tecnológica, econômica, política e social que estes países ocupam.

É dentro desse quadro geral de referência, portanto, que deve ser analisada a obra de Reynaud, que se volta para um aspecto lacunar nos estudos conceituais da geomorfologia, não apenas em âmbito global, mas principalmente no mundo de expressão latina.

O trabalho em questão compõe-se de 5 capítulos e uma conclusão, apresentando um total de 125 páginas, sendo que o texto propriamente dito ocupa cerca de 100 páginas.

Em uma introdução concisa (11-13), o autor levanta *problemas intrínsecos da Geomorfologia* (sua juventude como ciência surgida no século XIX nos Estados Unidos e Alemanha, ainda com fundamentos não plenamente estabelecidos, o que impede um estudo epistemológico, a semelhança das ciências físicas ou químicas, uma vez que em sua história não há - em sua opinião - rupturas epistemológicas nítidas, mas sim histórias paralelas ou parcialmente superpostas) e os que foram originados de sua colocação na França (e, por decorrência, entre nós), como um ramo da Geografia Física e organizada em termos de ensino juntamente com a Geografia, nas faculdades de letras. Originou-se daí, por exemplo, o paradoxo dos doutorados em letras obtidos com teses em Geomorfologia.

Esta situação conduziu a uma situação ambígua, que foi

2 KUGLER, H. (1976) - Kartographisch-semiotische Prinzipien und ihre Anwendung auf geomorphologische Karten. Patern. Geogr. Mitt. p. 65-78.

ainda agravada pela falta de aplicação prática nas primeiras fases do desenvolvimento da Geomorfologia como disciplina que parecia ser "pura construção do espírito", contrastante com a da Geologia. Todavia, embora com grande atraso, em sua opinião, ela começa a "ser influenciada pelo novo espírito científico", o que parece lhe conferir certa postura otimista.

O 1º capítulo (14-22) é voltado para a *caracterização da Geomorfologia*, iniciando-se com uma definição etimológica, que a seguir é examinada sob o prisma do vocabulário topográfico e geomorfológico, para, em uma segunda parte, dedicar-se à discussão da construção de seu conteúdo, a partir de dados fornecidos pelas ciências que permitiram seu surgimento (Geologia) ou se matizar em nuances (Climatologia, Biogeografia, Pedologia e Hidrologia), discutindo então se ela realmente possui um domínio específico.

O 2º capítulo, subdividido em 5 partes, é o mais longo (23-66) e de grande interesse, uma vez que aborda os "*tipos de raciocínio em Geomorfologia*".

A partir da conclusão de que a Geomorfologia é "uma ciência natural, na qual as principais qualidades exigidas do pesquisador são a minúcia na observação e o sentido das relações", considera o autor que *apesar de sua história relativamente curta, os sistemas de idéias adotados pelos geomorfólogos nem sempre foram os mesmos*, donde a possibilidade de se levantar "o problema das rupturas epistemológicas", provando ser ela uma ciência "desenvolvida e em pleno progresso".

Discute, então, na 1ª parte do capítulo, *os prejuízos ocasionados pelo realismo e os perigos do atualismo*, desenvolvido a partir dos trabalhos de Playfair e Hutton, embora reconheça que o atualismo trouxe também vantagens para o estudo da Geomorfologia. Na 2ª parte, aborda *o sistema de idéias proposto por W. M. Davis* e matizado por outros autores, que, em sua opinião, nada mais foi que uma sistematização do atualismo e que dominou por muitos anos a escola francesa de Geografia, dando origem a uma série de monografias regionais.

Na 3ª parte deste capítulo, o autor procede a uma *crítica das idéias de Davis*, sublinhando seus aspectos antropomórficos e catastróficos, além dos preconceitos resultantes do europeucentrismo do fim do século passado, expressos no conceito de

"erosão normal", que conduz ao círculo vicioso da evolução cíclica, apoiada em uma noção pré-científica de erosão.

A "estrutura conceitual da nova Geomorfologia" é abordada na 4a. parte do capítulo (33-58). Começa pelo advento da Geomorfologia Climática, a partir dos trabalhos desenvolvidos pelos geomorfólogos alemães não vinculados às idéias de Davis, realizados em áreas de climas extremos (Passarge, A. Penck e E. Brueckner), e que obrigaram a uma revisão das noções de escala e tempo, bem como a quantificação dos estudos. Depois de tecer considerações sobre o artigo de A. Cholley "Morphologie structurale et morphologie climatique", que ele valoriza bastante, trata do que denomina "os três tipos de Geomorfologia" (estrutural, climática e litológica), através de um estudo comparativo de exemplos, concluindo que, na realidade, existe um conjunto no qual os três fatores mencionados tomam parte, reduzindo o problema ao reconhecimento do fator dominante, o que será função da escala da questão proposta.

Passa então a discutir o que chama de "conceitos novos", ou sejam, as noções de escala e de valores-límites para a ruptura do equilíbrio entre os diversos processos morfogenéticos e a noção de herança, vinculada aos paleoclimas. Encerrando esta parte do trabalho, o autor sublinha que o relevo resulta de um equilíbrio dinâmico de forças dialeticamente relacionadas, no qual as "rupturas de equilíbrio" não podem ser ignoradas.

A última parte do 2º capítulo (58-66) é destinada à consideração das rupturas epistemológicas, ou à emergência de problemas conceituais sucessivos, que "estão frequentemente relacionados com o que se passa em outros domínios do conhecimento", fato particularmente válido para a Geomorfologia, disciplina recente, a qual ainda não desfrutou de posição dominante, explicando-se desta forma, segundo o autor, a inexistência de rupturas epistemológicas muito claras, ocasionando "durante os anos 1950-1960 a coexistência de diversas geomorfologias, prendendo-se a problemáticas diferentes".

Como exemplo da passagem de uma problemática para outra, comenta o autor o artigo de H. Enjalbert "La vallée moyenne de la Charente", entendendo como tal o fato de o pesquisador ter partido de uma teoria precedente para os fatos e não vice-versa (p. 62). A seguir, dá dois exemplos de perfis epistemológicos

cos para ilustrar a "idéia de que o pesquisador, longe de ver a realidade, a reconstitui em função de sua problemática".

Neste ponto da análise da obra em questão, o leitor não pode deixar de lamentar o fato de não encontrar, incorporado ao trabalho de Reynaud, a noção de paradigma, tão divulgada nos textos dedicados à filosofia da ciência e estudos epistemológicos realizados por autores de língua inglesa e alemã, alguns voltados inclusive para a própria ciência geográfica.

Encerrando este capítulo, o autor tece considerações a respeito da questão de *ser ou não a Geomorfologia uma ciência*, problema que se justifica mais pela colocação que se faz na França (e entre nós também) da disciplina nas faculdades de *letras* e não nas ciências.

O terceiro capítulo, composto de três partes (67-84), refere-se à *concepção do tempo em Geomorfologia*, que, dada a natureza da organização do ensino superior na França, está muito relacionada com a noção do tempo em História. Assim é que o autor, a partir de considerações apoiadas em Piaget, R. Aron, Dubois, P. Birot, J. Masseport e H. Enjalbert, define a *geomorfologia como uma ciência histórica*, propondo-se demonstrar que ela sofreu as mesmas etapas evolutivas desta última. Reforçando esta argumentação, dedica cerca de duas páginas a Kant, *sublinhando a necessidade de uma Geomorfologia Genética*. A seguir, levanta os pontos segundo os quais *considera a Geomorfologia uma disciplina autônoma* no interior da Geografia, imitando os métodos históricos, a saber: a) associação do tempo e do espaço; b) descrição e explicação dos fatos; c) os materiais de investigação ou documentação, que no caso da Geomorfologia são os "testemunhos das formas"; d) a problemática da datação e e) os problemas de periodização.

A 2a. parte deste capítulo é dedicada às considerações sobre o *tempo davisiano com suas características* de linearidade, finalismo e catastrofismo abordando então a noção de ciclo com suas ambigüidades, lembrando que alguns geomorfólogos procuram substituir a noção de ciclo, em sua forma elementar, por outra, vinculada à idéia de espiral, o que todavia não altera muito a linearidade da concepção do tempo.

Na última parte desta unidade procura valorizar os aspectos que denomina de "*heterogeneidade e descontinuidade ou o tempo pós-davisiano*", onde destaca o fato de que a morfogênese não é permanente (introduzindo aí a *noção de crise climática*) e

não se aplica automaticamente ao conjunto de uma região, uma vez que a descontinuidade no tempo (crises climáticas, por exemplo) se soma uma *descontinuidade no espaço*.

Encerrando o 3º capítulo, o autor volta a cotejar as concepções do tempo entre a Geomorfologia e a História, procurando estabelecer analogias entre ambas.

O 4º capítulo (85-94) é destinado a uma discussão de certos *aspectos metodológicos da Geomorfologia*. Logo de início, lembra que frequentemente a atenção dos pesquisadores é monopolizada pela metodologia, sem que tenham consciência do fato de que *os métodos estão sob a dependência da teoria da disciplina em questão*".

Esta unidade está subdividida em duas partes, uma voltada para os aspectos que denomina de "quantitativos" e outra para "algumas técnicas originais".

Na primeira parte, depois de constatar que a Geomorfologia não escapou *"à idéia que a ciência começa com a precisão cifrada"*, o autor comenta algumas conclusões "apocalípticas" sobre os valores da erosão no mundo todo e o lapso de tempo necessário para que os continentes fossem aplainados, obtidas a partir da medição dos sedimentos transportados por alguns rios para o oceano, mostrando a fragilidade e a pouca serventia de raciocínios desse tipo.

Critica igualmente a *"mania de precisão gratuita"* (através de observações relativas às superfícies de erosão, localizadas, às vezes, em cartas topográficas, "a partir de fragmentos que nem sempre existem no terreno") e a *tendência da Geomorfologia quantitativa de "substituir a descrição das unidades de relevo, pelo cálculo de índices", curvas e coeficientes, correndo o risco de "negligenciar a valorização das relações e correlações entre processos morfológicos elementares, contentando-se em traduzir, através da linguagem matemática, noções muito simples"*.

Em decorrência disso procura, então *dimensionar o papel da quantificação em Geomorfologia*, lembrando que no fundo o importante é saber o que medir, tudo dependendo da "problemática do pesquisador, que deve aprender a se servir das cifras e com penetrar-se da idéia de que utilizar equações não é, automaticamente, sinônimo de ciência" ... sendo que ... "o quantitativo

vo traz ensinamentos interessantes, se se tem em conta a noção de escala" (p.91).

Quanto às "técnicas originais", arroladas na 2a. parte do capítulo (granulometria, morfoscopia e morfometria, isótopos e meios complementares de estudo do Quaternário), lembra que a multiplicação das técnicas faz com que cada pesquisador, interessando-se por uma ciência vizinha, se torne um especialista em relação aos outros, correndo o risco de "querer praticar esta ciência por ela mesma, sem chegar a concorrer utilmente com os especialistas e sem prestar nenhum serviço aos geomorfólogos".

Dimensionando o papel destas "ciências auxiliares", lembra que elas devem fundamentalmente "precisar os processos morfodinâmicos e melhorar as datações", devendo "não ser um ponto de partida, mas sim um meio para optar entre diversas soluções possíveis" (p. 93), argumentando inclusive com o exemplo dado por J. Tricart, que abandonou o cálculo do índice de dissimetria em granulometria, dado o pouco interesse que ele apresentava, pois "a acumulação de índices não leva automaticamente a resultados convincentes" (p. 93).

O 5º capítulo (95-108) é destinado a dar um balanço na situação da Geomorfologia e divide-se em 3 partes. Na primeira o autor faz considerações sobre o retardamento teórico da disciplina através de dois conjuntos de considerações. Primeiramente detêm-se no que chama de "filosofia espontânea dos geomorfólogos", que "em geral pouco refletiram sobre sua disciplina", sublinhando a "raridade dos artigos teóricos, sobretudo em língua francesa" (p. 95). Procura então reconstituir, apoiado em trabalhos selecionados ao acaso, esta "filosofia espontânea", encontrando na Geomorfologia "os mesmos erros e os mesmos contrasensos de toda ciência jovem": o empirismo e a recusa à teoria, abordando igualmente as relações entre os fatos e a teoria.

A seguir aborda "o problema da crise em Geomorfologia", cuja solução, proposta pelos geomorfólogos, "não apresenta nenhuma originalidade" ... pois ... "acentuam a unidade da ciência" ... e ... "preconizam a interdisciplinaridade". Considera que esta crise é um bom sinal, na medida em que constitui uma prova de grande desenvolvimento e é fonte de reflexões e renovação.

O 2º conjunto de idéias desenvolvido no 5º capítulo destina-se a responder se a Geomorfologia é uma ciência enumerativa.

"Se a Geomorfologia é uma ciência, como procede para estabelecer seus resultados? Como os ordena? Ela é capaz de estabelecer leis? Em que consistem a pesquisa e a demonstração?" (p. 101). Para responder a estas questões lembra, de início, o perigo das posições extremas entre os *estudos monográficos regionais* ou os *"esquemas universais que dispensam o exame detalhado de numerosos exemplos precisos"*, mostrando-se pessimista em relação aos resultados assim obtidos. Lembra também que estas atitudes são "opostas na aparência", sendo que "a Geomorfologia davisiana associava estas duas tendências".

Faz então considerações sobre leis, *modelos e tipologia*, perguntando-se inicialmente se existem em Geomorfologia, leis como em Física. Consta, neste aspecto, uma *semelhança com a evolução das ciências humanas*, registrando que o uso da matemática, neste caso, é "simplesmente uma forma de empirismo elaborada no quadro de um método indutivo" (p. 103), registrando que tudo está na dependência do quadro de referência teórica a que se liga o pesquisador e que, se não é possível o estabelecimento de leis verdadeiras, pode-se fazer um esforço para o estabelecimento de tipologias e recorrer-se aos modelos reduzidos da realidade ou modelos teóricos, apoiando-se então no conceito emitido por Chorley³. Assinala a este propósito que, como em outros setores do conhecimento, *os procedimentos empregados pelos geomorfólogos podem ser enquadrados no tipo aristotélico, historicista, cartesiano ou estruturalista*.

O último conjunto de considerações feitas neste capítulo, volta-se para *os problemas de aplicação*, lembrando, de início, os obstáculos advindos parcialmente do esquema teórico davisiano e parcialmente da colocação da Geomorfologia, na França, na dependência das faculdades de letras. Sua aplicação a partir do segundo pós-guerra foi possível graças à possibilidade de "se incorporar de maneira útil às ciências da Terra e contribuir eficazmente para o planejamento do território".

Lembra ainda o autor que, se a vantagem que a aplicação da Geomorfologia trouxe foi a de orientar a pesquisa e a demonstração, adveio também daí o risco de se cair no atualismo,

3 CHORLEY, R.J. (1967) - "Models in Geomorphology". In: R.J. Chorley e P. Hagget, *Models in Geography*. Londres. Methuen. p. 59-66.

valorizando-se excessivamente "os fenômenos menores mais espetaculares, pois que atuais e concernentes ao homem" (p. 108), registrando por fim que aos poucos se esboça uma *separação entre a pesquisa fundamental e a aplicada*, o que é um indício de que a "Geomorfologia está em vias de se tornar uma ciência como as outras".

Na conclusão da obra (p. 109-114), Reynaud tece considerações em torno das atitudes possíveis face a uma paisagem: a descrição lírica ou o estudo rigoroso. Discute se *relações da Geomorfologia com as demais ciências*, sublinhando as semelhanças entre a Geomorfologia e a História e assinalando que a "Geomorfologia é, por seu domínio, uma ciência natural, embora por suas ideias e concepções seja uma ciência humana" (p. 111). A seguir discute "a existência de diversas geomorfologias sem relações entre si", a começar pelas "duas geomorfologias fundamentais, que podem ser designadas por *Geomorfologia Cíclica e Geomorfologia Climática*" (p. 111), negando que a assim chamada Geomorfologia Estrutural forneça um bom designativo para a Geomorfologia davisiana, por acentuar apenas "um elemento maior da problemática davisiana". Lembra que "a referência aos fatores estruturais ou aos fatores climáticos não constitui *a priori* um critério suficiente para classificar um trabalho de pesquisa em uma ou outra das geomorfologias", assinalando então o advento de uma "nova Geomorfologia", superando as divergências dos anos 45-55, embora não forneça maiores detalhes a este respeito, acenando todavia para o fato de que a "Geomorfologia Climática pode utilizar qualquer um dos elementos da Geomorfologia Estrutural" (p. 111), segundo a escala de ocorrência desses fenômenos.

Encerrando e ocupando a maior parte desta unidade (p. 112-114), o autor faz considerações sobre a *Geomorfologia e o estruturalismo*, lembrando de início que a *Geomorfologia Climática repousa em parte sobre a ideia de que o estudo das relações antecede o estudo dos objetos*", sendo portanto "assimilável a uma forma de estruturalismo", pois, "na medida em que é uma disciplina temporal, valoriza as discontinuidades, ou seja, as reorganizações de estrutura ... prendendo-se a um estruturalismo genético" (p. 112). Insiste, porém em que esta proposição é válida apenas para esta disciplina, não podendo se aplicar a toda a Geografia Física. Sublinha que a "*ideia de uma Geografia Física global é irrealizável*" (p. 112), apoiando seu raciocínio, fundamentalmente, na noção de escala e lembrando a seguir que a utilização daquela premissa inicial para justificar

a unidade de Geografia é inadequada e argumentando, através das relações da Geografia com a Sociologia, que a Geografia precisa da Sociologia no mínimo como da Geomorfologia, embora os geógrafos, por razões históricas, considerem a Sociologia como ciência anexa. Finalizando, afirma o autor: "A Geomorfologia constituiu-se destacando-se da Geologia. Tornou-se uma verdadeira ciência renovando sua teoria e passando ao estágio de aplicação. Resta-lhe destacar-se da Geografia para livrar-se das últimas ambigüidades que pesam sobre ela".

As últimas páginas da obra em análise (p. 115-125) são destinadas a algumas notas sobre os filósofos citados (Kant, Hegel, Bergson, Bachelard, Michel Foucault e Althusser) e à bibliografia, na qual arrola 156 títulos.

Encerrando as considerações a respeito desta *Epistemologia da Geomorfologia* de A. Reynaud, gostaríamos de sublinhar seu interesse e utilidade para aqueles que se dedicam ao estudo desta disciplina, uma vez que entre nós os problemas são bem semelhantes ao que o autor arrola para a França. Não podemos deixar, apesar disso, de registrar que o conteúdo desenvolvido não é, a rigor, o proposto pelo título da obra, que é bastante limitado por ter sido erigido basicamente sobre uma bibliografia de língua francesa, cujos estudos teóricos neste campo são uma raridade, segundo as palavras textuais do autor (p. 95).

Realmente, das 156 referências bibliográficas apresentadas, mal encontramos meia dúzia para os nomes de autores de expressão inglesa e alemã, respectivamente - para nos referirmos apenas a estas duas línguas de grande expressão no mundo ocidental -, e não podemos de forma alguma ignorar o papel dos pesquisadores anglofônicos e germanofônicos na origem e evolução da Geomorfologia, que em certos aspectos, aliás, superaram em muito os de expressão francesa.

Em compensação, as referências a Tricart, Baulig e Enjalbert compõem cerca de 1/3 das citações bibliográficas.

Esse desigual tratamento às fontes de apoio para a elaboração do que deveria ser o conteúdo de um livro com este título explica muitas das posições que o autor assume e que não podem ser tomadas como as mais atuais; veja-se por exemplo o destaque dado à artificial dicotomia entre Geomorfologia Estrutural e Geomorfologia Climática.

Por outro lado, a lista de filósofos que o autor arrola para apoio de sua epistemologia é muito reduzida, além de estar completamente ausente a maior parte dos grandes filósofos da ciência das últimas décadas, a começar pelo Grupo de Viena, que tanto contribuiu para a reformulação do pensamento científico do século em que vivemos.

Face a este aspecto e considerando-se que não existem ciências nacionais, um trabalho que valorize exageradamente este dado na seleção das obras científicas sobre as quais apoiará sua argumentação, por mais valor que tenha, não atingirá o conteúdo que uma abordagem epistemológica da ciência exige.

Adilson Avansi de Abreu

1

2

La Colonizzazione Italiana nel Rio Grande do Sul (Brasile).
Pier Luigi Beretta. Pubblicazioni dell'Istituto di Scienze Politiche, nº 7, Università degli Studi di Pavia, Facoltà di Scienze Politiche, 1976. Pavia. 202 p.

"La Colonizzazione Italiana nel Rio Grande do Sul, contributo a una ricerca geografica sull'insediamento e sulle attività economiche dei coloni de origine italiana nella regione vitivinicola di Caxias do Sul (Encosta da Serra)".

Os fatos relacionados com a colonização de territórios brasileiros por parte de elementos europeus não-ibéricos, particularmente de origem italiana, germânica, eslava, nipônica e outras, propiciaram o surgimento de uma bibliografia numericamente não descurável em várias línguas, principalmente em português, alemão e italiano. Embora muito rica quantitativamente, a bibliografia em questão reúne, em grande parte, trabalhos de qualidade científica discutível, já que abrange uma grande soma de escritos meramente informativos e descritivos, e não raro tão-somente com o intuito de louvar indivíduos, em presas ou comunidades. As grandes exceções foram representadas até recentemente, por trabalhos como os de Leo WAIBEL, Orlando VALVERDE, Jean ROCHE, Raymond PEBAYLE e, entre os mais antigos, Vincenzo GROSSI ou Antonio PICCAROLO, além de outros. Nos últimos anos, entretanto, em particular devido ao maior interesse suscitado com as comemorações do sesquicentenário da colonização alemã (1974) e o centenário da colonização italiana (1975) multiplicaram-se os trabalhos de melhor qualidade científica voltados para os mais diferentes campos, da História à Sociologia e Antropologia Cultural, da Economia à Geografia. Entre os últimos, relaciona-se o trabalho de Pier Luigi BERETTA, sobre a colonização italiana no Rio Grande do Sul e em particular no Município de Caxias do Sul.

As pesquisas de campo que, completadas com a utilização de recursos bibliográficos, permitiram a elaboração do trabalho foram efetuadas pelo autor entre setembro de 1972 e janeiro de 1973, tendo sido financiadas pelo *Consiglio Nazionale delle Ricerche* da República Italiana:

La Colonizzazione Italiana nel Rio Grande do Sul compreende cinco grandes capítulos. O primeiro, *I linamenti dell'ambiente naturale e l'occupazione del suolo*, constitui uma síntese das condições naturais do Estado, com particular atenção às

condições do relevo, do clima e do revestimento vegetal, encerrando-se com um apanhado sobre o povoamento, de forma a situar no tempo e no espaço a presença do colono italiano. As condições físicas são abordadas principalmente nas relações com os fatos da circulação, rede fundiária, possibilidades quanto ao cultivo do solo, assim como nas relações com os processos de desmatamento e conseqüente "capoeirização". *L'orige e il processo evolutivo dei nuclei coloniali italiani* é o título do segundo capítulo. Compreende inicialmente uma notícia sobre a imigração italiana no Brasil, apoiada em bibliografia satisfatória, para em seguida dedicar-se ao estudo da entrada do elemento italiano no Rio Grande do Sul. A partir dos informes apresentados, o autor define os limites espaciais da pesquisa com a indicação dos nove municípios abrangidos pela "Microregião viticultora de Caxias do Sul", do IBGE, conjunto do qual, na parte final do capítulo, estuda a população. O terceiro capítulo, *L'evoluzione dell'utilizzazione del suolo: da un'agricoltura di sostentamento alla viticoltura*, versa sobre os problemas da rede fundiária e a distribuição das formas de uso do solo, análise do sistema de rotação de terras e análise descritiva das principais culturas - em particular milho, vinha e trigo -, terminando com uma atenção maior para com a cultura da videira e a indústria do vinho. *Tipologia dell'insediamento* é o capítulo quarto. Depois de breve menção às características gerais das casas rurais no Brasil, o autor passa ao estudo do descritivo, minucioso, das casas rurais na área colonial italiana. A seguir aborda a estrutura e a organização produtiva da colônia, a unidade de produção, desde o uso do solo até as técnicas, passando pela abordagem dos sistemas agrários e do calendário agrícola. Da colônia o autor passa à consideração da *capela*, o núcleo local correspondente à *stadtplatz* das áreas de colonização germânica, e desta para a formação dos centros urbanos. Portanto, da propriedade rural para a cidade. O quinto e último capítulo é dedicado a Caxias do Sul e seu município: *Il cuore dell'area coloniale italiana: Caxias do Sul*. Compreende uma breve menção ao sítio urbano, uma análise do plano citadino, abordagem histórica, fundiária e demográfica do município e, finalmente, uma síntese das funções e da posição de Caxias como centro polarizador.

O texto, de leitura agradável, vem acompanhado de tabelas, cartogramas e fotografias, que contribuem para melhor compreensão e esclarecimento dos assuntos abordados. A bibliografia relacionada no fim do volume é numerosa e, dentro das limitações já apontadas, bastante rica.

Naturalmente, nem tudo quanto está contido no trabalho de BERETTA pode ser aceito sem reservas. A este respeito, chama a atenção a frequência de determinadas generalizações, nem sempre procedentes, a exemplo da contida logo no início do trabalho sobre a casa rural brasileira. O autor afirma ser necessário "reconhecer que o clima da maior parte do território certamente não ensinou aos brasileiros o gosto pela casa, de habitar em uma residência confortável e acolhedora: parece que eles estão acampados e não fixos em suas terras, e suas habitações rurais espelham essa precariedade, esse sentido do provisório". É evidente que a generalização em questão falseia a realidade, dado que o comportamento face à casa, por parte do homem do campo no Brasil, revela expressões diferentes segundo a região e a condição sócio-econômica. As condições climáticas, neste como em outros casos, podem ser relacionadas com aspectos secundários, dado que os fundamentais decorrem basicamente das condições econômicas e sociais. De resto, os informes sobre a casa rural brasileira, contidos no capítulo IV, são parcos e não poderia ser de outra forma, dada a natureza do trabalho. Mas são discutíveis. É o caso, por exemplo, da referência ao domínio da casa de madeira no mundo rural brasileiro, esquecendo-se o emprego da taipa e do adobe, além de outros materiais. É o caso, também, da referência à população cabocla, instalada "temporaneamente e abusivamente em terras alheias", nas áreas de frentes pioneiras. Um conhecimento mais pormenorizado do problema permitiria perceber que, não raro, os referidos caboclos eram os detentores da posse e usufruto efetivo da terra e que, com o avanço da estepe econômica - e da especulação - na maioria dos casos foram eles os prejudicados. Enfim, percebe-se que o autor, enquanto trata dos problemas específicos da área de colonização italiana no Rio Grande do Sul, revela, na maioria dos casos, grande segurança, enquanto, ao tratar de fatos e problemas gerais, interessando a todo o país, não raro generaliza sem a mesma segurança.

Outro aspecto que dá margem a dúvidas refere-se às razões da entrada de imigrantes no Brasil durante o século XIX. O autor lembra que no período de 1819 a 1886 a imigração para o Brasil foi irrelevante. Os europeus teriam preferido os Estados Unidos, dado que o clima, as doenças tropicais e a presença da instituição da escravidão os induziam a evitar o Brasil. Afirma que no Sul as condições climáticas foram importantes como fatores de atração, mas que seria simplista atribuir-lhes a preferência do imigrante. Estes evitariam as fazendas onde perdurava a escravidão, ao mesmo tempo em que aos fazendeiros

não interessava a vizinhança de pequenos proprietários que cultivassem terras não adequadas ao café e à cana. Convém lembrar que, além das condições estratégicas mencionadas pelo autor, na verdade caberia dar ênfase às condições econômicas. Face aos atrativos das possibilidades econômicas, os problemas de clima, doenças tropicais e até mesmo da presença da escravatura passariam para segundo plano. Quando a então Província de São Paulo tornou-se significativo mercado absorvedor de mão-de-obra, a massa imigrante para aí se dirigiu, logo tornando-se bem menos importante a corrente para o Sul. A imigração italiana para São Paulo, por exemplo, toma vulto já na década de 1870, enquanto a abolição da escravatura só se verifica no fim da década seguinte. Em outras palavras, talvez se tenha dado importância demasiada ao papel das condições naturais, particularmente climáticas, no processo imigratório. Por outro lado, talvez não caiba valorizar em demasia o poder de decisão individual do imigrante mas, antes de mais nada, o fato de ter sido induzido e, portanto, instrumentalizado por vigorosos mecanismos econômicos e sociais.

Ainda quanto a generalizações discutíveis inclui-se a de que, a não ser as áreas cafeeicultoras paulistas e as canavieiras, erroneamente centradas pelo autor na Bahia, nenhuma paisagem fornece a impressão de apropriação do solo mais completa que aquela oferecida pelas áreas de colonização do Rio Grande do Sul. Ainda uma vez, trata-se de consideração fruto de conhecimento insuficiente de outras partes do país.

Os tópicos discutíveis são numerosos. Entretanto, não invalidam a contribuição do autor para o conhecimento melhor das áreas de colonização italiana no Rio Grande do Sul. Interessantes, por exemplo, e de grande utilidade, são os informes relativos à organização do uso do solo na colônia, assim como aos sistemas e técnicas empregados. Talvez coubesse uma atenção maior ao tópico abordado na afirmação segundo a qual "todos os expoentes da indústria e do comércio atuais na zona de colonização italiana são homens geralmente oriundos do anonimato camponês ou do artesanato e do pequeno comércio". O problema da origem do capital e do papel da iniciativa pessoal ainda está merecendo estudo mais sério, dadas as dúvidas que persistem a respeito. Por outro lado, são convincentes as observações relativas aos problemas enfrentados pelos colonos quanto ao acesso a mercados, as menções às diferenças entre as áreas coloniais alemãs e italianas quanto aos problemas de posição e circulação, assim como as referências aos problemas do uso do solo.

55:137-141, NOVEMBRO 1978

141

No conjunto, trata-se de trabalho sério e que enriquece a bi
bliografia relativa à colonização no Sul do Brasil.

Pasquale Petrone

